

C-BOND

Titular da dívida externa brasileira na quinta-feira (em US\$)

0,939
(▲1,55%)

DÓLAR

Comercial, venda, quinta-feira (em R\$)

2,928
(Estável)

Últimas cotações (em R\$)

15/abril 2,91
16/abril 2,90
19/abril 2,90
20/abril 2,92
21/abril 2,92

EURO

Turismo, venda (em R\$)

3,528
(▼0,06%)

OURO

Onça troy na Comex de Nova York (em US\$)

392,80
(▲ 0,49%)

CDB

Prefixado, 32 dias (em % ao ano)

15,60
-------

INFLAÇÃO

IPCA do IBGE (em %)

Outubro/2003 0,29
Novembro/2003 0,34
Dezembro/2003 0,52
Janeiro/2004 0,76
Fevereiro/2004 0,61

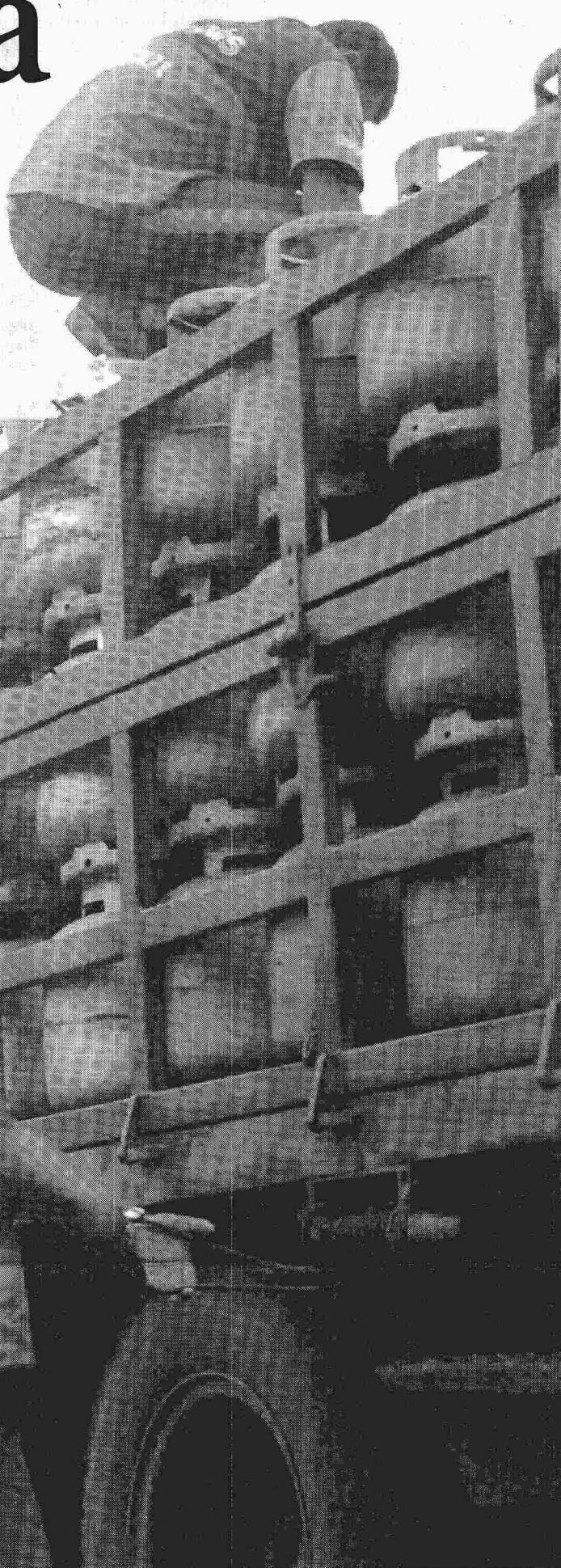
Economia - (S) Brasil

23 ABR 2004

CORREIO BRAZILIENSE

Aumentos exagerados têm sido praticados, segundo o Banco Central, em preços administrados por estados e municípios

# Reajuste de tarifas preocupa BC



Igo Estrela 26.01.04

bem superior aos 6,9% previstos na ata do mês passado, quando ainda não havia sido divulgada a autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para o repasse do dólar às tarifas.

## Remédios

Para piorar a vida dos brasileiros — que, na média, têm 30% da renda mensal abocanhados pelas tarifas públicas —, abril está sendo marcado pelo reajuste dos remédios, movimento que ainda será captado pela inflação do próximo mês. O quadro só não é mais desalentador, informou o Copom, porque os preços do botijão de gás de cozinha terão aumento 3,1 pontos percentuais abaixo do previsto há um mês (10%). No caso da gasolina, foi mantida a previsão de aumento de 9,5% ao longo do ano. Para os serviços de telefonia, as projeções passaram de 6,8%, em março, para 6,7%.

"Os preços administrados pelo governo vão contribuir muito para a inflação ficar acima do centro da meta (5,5%) definida pelo governo para este ano", disse Sandra Utsumi, do Banco BES Investimentos. Ela ressaltou, porém, não ver nenhum sinal de reajustes fora de controle, nem nas tarifas públicas nem nos preços livres.

"O BC está atento a todos os riscos e não vai abrir mão de manter a estabilidade econômica", assinalou. Os preços administrados representaram 28,8% do IPCA de março (0,47%).

Segundo Gustavo Alcântara, gestor de fundos de investi-

VICENTE NUNES  
DA EQUIPE DO CORREIO

O reajuste das tarifas públicas e dos preços administrados pelo governo não dão trégua à população. O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central informou ontem, por meio da ata de sua última reunião, realizada nos dias 13 e 14 últimos, que os aumentos têm ficado muito acima da inflação. Os exageros estão sendo cometidos, principalmente, por estados e municípios, nas tarifas de água e esgoto.

Em Brasília, segundo o Copom, as contas desses serviços foram reajustadas em 20% em março passado, percentual três vezes maior que a inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) nos últimos 12 meses. Em Belo Horizonte, a elevação foi de 21%.

Na avaliação do Copom, além da inflação passada, os aumentos têm incorporado os custos maiores que as empresas de saneamento estão tendo devido à ampliação dos investimentos, cujos resultados ainda ninguém viu. No setor elétrico, há o agravante de as distribuidoras estarem repassando para os consumidores a diferença da alta do dólar nos últimos anos, já que boa parte da energia oferecida no país é corrigida pela variação da moeda americana.

Pelas contas do Comitê, na média, as tarifas de energia vão subir 8,5% neste ano, índice

mentos do Banco Prosper, com as tarifas pressionando a inflação e a ameaça de repasse de custos da indústria para o varejo, o Copom tenderá a manter o conservadorismo na condução da política monetária. "No máximo, a taxa básica de juros (Selic) cairá 0,25 ponto percen-

tual no mês que vem", afirmou.

No entender de Adauto Lima, economista-sênior do Banco WestLB, é certo que a inflação deste ano vai ficar acima da meta fixada pelo governo. Somente nos primeiros três meses do ano, o IPCA, que serve de parâmetro para a meta, ficou em 1,85%, re-

presentando mais de um terço dos 5,5% perseguidos pelo BC. Para o segundo trimestre, as projeções do IPCA variam entre 1,1% e 1,5%, devendo extrapolar esse teto no acumulado entre julho e setembro, justamente o período em que mais as tarifas públicas impactam a inflação.